

O bom, o bandido e o morto: uma análise discursiva sobre o linchamento e suas heranças coloniais, a partir de *A Primeira Pedra*, em São Luís/MA

The good, the thug, and the dead: a discursive analysis of lynching and its colonial legacies, based on *A Primeira Pedra*, in São Luís/MA

Givanildo Lucas Santos da Rocha¹

Ana Maria Sá Martins²

Resumo: Este trabalho analisa o linchamento em São Luís (MA) pelo viés da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2001, 2003) e outros, relacionando-o à racialização e à permanência de lógicas coloniais. A análise parte do enunciado “Bandido bom é bandido morto” como discurso naturalizado que legitima a violência ao (re)produzir sujeitos descartáveis. Nessa linha, examina os discursos sobre um caso de linchamento ocorrido na capital maranhense, presente no documentário *A Primeira Pedra* (2018), a fim de revelar como a violência coletiva se articula a formas históricas de punição e à desvalorização da vida negra. Como resultados, a análise do testemunho da mãe da vítima evidencia a dimensão afetiva e racial da tragédia, enquanto a análise de atores institucionais reforça a leitura do episódio como expressão de um padrão estrutural de violência no Brasil, interpretado à luz da necropolítica e da crítica ao racismo estrutural.

Palavras-chave: Análise crítica do discurso. Herança colonial. Linchamento. São Luís/MA.

Abstract: This paper analyzes a lynching in São Luís, Maranhão, through the lens of Fairclough's Critical Discourse Analysis (2001, 2003) and related scholars, linking it to racialization processes and the persistence of colonial logics. The analysis takes the statement “A good criminal is a dead criminal” as a naturalized discourse that legitimizes violence by (re)producing disposable subjects. From this perspective, it examines the discourses surrounding a lynching case that occurred in the capital of Maranhão, featured in the documentary *A Primeira Pedra*, in order to reveal how collective violence is intertwined with historical forms of punishment and the devaluation of Black lives. The findings show that the analysis of the victim's mother's testimony highlights the affective and racial dimensions of the tragedy, while the analysis of institutional actors reinforces the interpretation of the episode as an expression of a structural pattern of violence in Brazil, understood in light of necropolitics and critiques of structural racism.

Keywords: Critical discourse analysis. Colonial legacy. Lynching. São Luís/MA.

¹ Graduando na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, Departamento de Letras, Brasil. Endereço eletrônico: givanildolucas.s.rocha@gmail.com.

² Docente na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, Departamento de Letras, Brasil. Endereço eletrônico: anamariasapericuma@gmail.com.

Introdução

O documentário, enquanto gênero audiovisual, desempenha um papel relevante na construção e no questionamento da realidade, ao mobilizar recursos multimodais para apresentar perspectivas de modo argumentativo (Nichols, 2016). Nesse contexto, a pesquisa acerca desse gênero mostra-se relevante diante de uma sociedade mediada por telas em que, conforme a visão de Kellner (2001), as mídias moldam o comportamento e a cognição dos indivíduos. Paralelamente, Fairclough (2003) ressalta que as produções midiáticas não são neutras, mas ferramentas que sustentam estruturas de poder e validam ideologias dominantes.

Nesse cenário, o documentário *A Primeira Pedra* (2018), presente na plataforma Globoplay, em parceria com a produtora Couro de Rato, destaca-se como um material de estudo fundamental. A produção examina os linchamentos em solo brasileiro, questionando a retórica do "cidadão de bem" e as narrativas que tentam validar a violência sob o pretexto de justiça. Tal discussão ganha urgência em virtude da polarização política recente, que impulsionou a aceitação de ideais punitivistas na esfera pública, notadamente após os ciclos eleitorais de 2018 e 2022 (Carpanez, 2018). Ao entrelaçar registros jornalísticos e testemunhos, a obra expõe as raízes sociais e os sistemas de crenças que validam o exercício da violência em grupo.

A partir dessa observação, estabelecemos o seguinte problema de investigação: de que modo *A Primeira Pedra* articula discursos que legitimam ou contestam a criminalização do Outro no contexto dos linchamentos no Brasil?

A partir dessa formulação de problema de pesquisa, nosso estudo tem como objetivo geral analisar as representações discursivas do linchamento no documentário, buscando compreender como se constroem sentidos em torno dessa prática. Como objetivos específicos, propomos: (i) identificar as representações discursivas predominantes; (ii) analisar os discursos mobilizados na construção de significados; e (iii) investigar os atores sociais representados, bem como as significações que lhes são atribuídas.

Para alcançarmos esses objetivos, partimos para a análise discursiva dos três capítulos que compõem o documentário, com base na Análise de Discurso Crítica (ADC) fundamentada em Fairclough (2001, 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999) e Van Leeuwen

(1997), compreendendo a linguagem como prática social atravessada por relações de poder e ideologias. Para a constituição e o tratamento do *corpus* audiovisual, adotamos procedimentos de transcrição e análise conforme propostos por Maia (2018), Freitas (2019) e Rocha e Martins (2025), assegurando a descrição precisa dos enunciados por meio da cronometragem e da fidelidade às falas dos sujeitos, incluindo aspectos como pronúncia e estrutura sintática.

Convém destacarmos que esta investigação sucede reflexões anteriormente publicadas, nas quais discutimos o linchamento sob a ótica da profissão e do capital cultural, identificando como o acúmulo de saberes e prestígio social pode atuar como agente de humanização ou salvaguarda em situações de violência coletiva. Naquela ocasião, o foco recaiu sobre a interrupção da barbárie a partir do reconhecimento da vítima como professor de História.

Ressaltamos, por conseguinte, que este artigo resulta da segunda etapa da nossa pesquisa, na qual o *corpus* é constituído por fragmentos do segundo capítulo do documentário *A Primeira Pedra*, selecionados com base em sua recorrência, relevância narrativa e impacto argumentativo. Nesse sentido, aqui dedicamos nossa análise ao capítulo intermediário “*Bandido bom é bandido morto*”?, voltando o olhar para a intersecção entre a herança colonial e a racialização dos corpos em São Luís/MA.

Principais conceitos da análise discursivo-crítica

A Análise de Discurso Crítica (ADC), com raízes na Linguística Crítica (LC), constitui-se como um campo teórico-metodológico dedicado a desvelar as conexões entre a linguagem, a manutenção de hegemonias e as dinâmicas sociais (Wodak, 2004). O escopo investigativo da ADC prioriza o texto em sua multidimensionalidade, englobando desde registros verbais e documentos até elementos visuais como ferramentas de mediação social.

A proposta de Fairclough (2001, 2003) para a análise discursiva organiza-se em três dimensões inter-relacionadas: texto, prática discursiva e prática social. A análise textual focaliza escolhas linguísticas e semióticas; a prática discursiva diz respeito aos processos de produção, circulação e interpretação dos textos; e a prática social refere-se às

condições sociais mais amplas que moldam e são moldadas pelo discurso. Essa articulação permite compreender o discurso como elemento constitutivo das relações sociais (Maia, 2018; Silva, 2023).

No âmbito do significado acional, o discurso é entendido como forma de ação social, vinculada aos gêneros discursivos e às práticas em que se insere, sendo capaz de manter, contestar ou transformar relações sociais (Resende; Ramalho, 2006, 2011). No caso do documentário, embora frequentemente associado a uma pretensão de representação do real (Machado, 2011; Nichols, 2016), é necessário considerar que esse gênero resulta de processos de seleção, recorte e organização narrativa, que envolvem roteirização e enquadramentos específicos. Assim, ainda que mobilize efeitos de realidade, o documentário constrói uma representação situada e parcial, atravessada por posicionamentos discursivos e ideológicos.

Já o significado representacional refere-se às formas pelas quais o mundo e os atores sociais são construídos no discurso (Martins, 2009; Lima, 2025), destacando-se, nesse ponto, as contribuições de Van Leeuwen (1997), que propõe categorias para analisar estratégias de inclusão, exclusão e atribuição de papéis sociais, conforme o Quadro 1:

Quadro 1. Representação de atores sociais em textos verbais

A Exclusão e a Inclusão	O ponto de partida da análise é decidir se o ator social aparece ou não. Na Exclusão , o autor do texto opta por não mencionar quem realizou a ação, o que pode ocorrer por Supressão (quando o ator não é mencionado em nenhum momento, apagando sua responsabilidade) ou por Encobrimento (quando o ator é omitido em uma frase específica, mas sua identidade pode ser deduzida pelo contexto). Já na Inclusão , o ator é explicitamente trazido para o texto, e a partir daí o autor escolhe como ele será retratado.
Ativação, Passivação e Circunstancialização	Uma vez incluído, o ator assume um papel gramatical e social. Na Ativação , o ator é representado como a força dinâmica, aquele que executa a ação e detém o controle. Na Passivação , ele é o receptor da ação de outros, podendo ser alvo de Sujeição (tratado como um objeto sobre o qual se exerce poder) ou de Beneficiação (quando ele é o favorecido pela ação alheia). Além disso, há formas de inclusão menos centrais, como a Participação , a Circunstancialização e a Possessivação , onde o ator aparece apenas como um detalhe de cenário ou através de uma relação de posse.

Personalização versus Impersonalização	Este eixo define o grau de humanidade conferido ao ator. Na Personalização , o ator é representado como um ser humano, com vontades e identidade. Na Impersonalização , o discurso retira o caráter humano do ator para dar um tom de "objetividade" ou "inevitabilidade". Isso ocorre via Abstração (substituindo a pessoa por um conceito, como "a pobreza" em vez de "os pobres") ou por Objectivação , que pode usar o lugar (Espacialização , como "Brasília decidiu"), o instrumento (Instrumentalização) ou números (Somatização).
Determinação, Nomeação e Categorização	Dentro da personalização, o discurso escolhe quão específico o ator será. A Determinação define se o ator é identificado claramente, enquanto a Indeterminação o deixa vago ("alguém", "algumas pessoas"). A Genericização trata o ator como um exemplo de uma classe inteira ("o imigrante"), enquanto a Especificação foca no indivíduo. A especificação se divide em Individualização (um único ser) ou Assimilação , que agrupa pessoas através da Colectivização (uso do "nós" ou grupos) ou Agregação (uso de estatísticas e números para tratar pessoas como massa).
Identificação, Funcionalização e Nomeação	A forma como damos "nome aos bois" também carrega ideologia. A Nomeação pode ser Formal (sobrenome), Semiformal ou Informal (apelidos), conferindo diferentes graus de respeito ou proximidade. A Funcionalização identifica o ator pelo que ele faz (sua ocupação ou cargo, como "o réu" ou "o médico"). Por fim, a Identificação define o ator pelo que ele é, seja por Classificação (gênero, idade, etnia), Identificação Relacional (parentesco ou amizade) ou Identificação Física (aparência), o que muitas vezes serve para criar estereótipos ou humanizar laços afetivos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir das categorias de Van Leeuwen (1997) e Novodvorski (2008).

Além disso, a interdiscursividade permite compreender como diferentes discursos se articulam em um mesmo texto, evidenciando disputas e convergências de sentido (Silva, 2023). Rocha e Martins (2025, p. 223) exemplificam essa dinâmica ao utilizarem analogias familiares — como o arquétipo da proteção materna — e evocarem valores de fé para mobilizar a opinião pública, integrando vozes do cotidiano e da crença espiritual para legitimar o projeto político e estreitar o vínculo com o público.

No que se refere ao significado identificacional, a análise considera categorias como modalidade e avaliação, que indicam o grau de comprometimento do enunciador com o que é dito e os posicionamentos valorativos presentes no discurso, contribuindo para a

construção de identidades e alinhamentos ideológicos (Fairclough, 2003; Resende; Ramalho, 2006).

Por fim, a noção de ideologia adotada fundamenta-se em Thompson (1995), que a compreende como sentido a serviço do poder, isto é, como formas simbólicas que, em determinados contextos, contribuem para sustentar relações de dominação (Quadro 2).

Quadro 2. Modos gerais de operacionalização da ideologia

MODOS GERAIS DE OPERACIONALIZAÇÃO	ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS
Legitimação – Relações de dominação podem ser mantidas se forem apresentadas como legítimas.	Racionalização – O falante constrói um raciocínio para mostrar que relações ou instituições sociais devem ser aceitas. Universalização – Interesses de uns são apresentados como interesses de todos. Narrativização – Instâncias de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente.
Dissimulação – Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas.	Eufemização – A descrição acrescenta uma valoração positiva à relação de dominação, suavizando-a. Tropo – É o uso de figuras da linguagem. As formas mais comuns de tropo são sinédoque, metáfora e metonímia.
Unificação – Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção de unidade entre indivíduos, independentemente das diferenças que os separam.	Estandardização – Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, por exemplo, desenvolvimento de uma linguagem nacional sem levar em conta as diferenças sociais e linguísticas (p. 86). Simbolização da unidade – Construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas (p. 86).
Fragmentação – Relações de dominação são estabelecidas e mantidas por meio da segmentação de indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos dominantes.	Diferenciação – Ênfase em características que desunem e impedem a unificação. Expurgo do outro – Construção simbólica de um inimigo a ser combatido.
Reificação – Relações de dominação são criadas e sustentadas quando uma situação transitória é apresentada como se fosse permanente, natural, atemporal (p. 87).	Naturalização – Criação social e histórica tratada como acontecimento natural. Eternalização – Fenômenos sócio-históricos são apresentados como permanentes. Passivização – Verbos colocados na voz passiva. Essa estratégia apaga os sujeitos e a ação, como se os acontecimentos acontecessem por si só.

Fonte: Thompson (1995, p. 81-89); Rocha e Martins (2025).

Assim, a análise discursiva permite identificar estratégias de legitimação, naturalização e contestação que atravessam os textos e participam da manutenção ou transformação das relações em torno do fenômeno do linchamento.

“Bandido bom é bandido morto”?

O recorte selecionado para esta análise busca aprofundar a discussão sobre o fenômeno do linchamento sob a ótica da racialização. O interesse do caso a ser apresentado justifica-se, primordialmente, pelo fato de São Luís ser a cidade de atuação dos pesquisadores deste trabalho. Essa correspondência territorial e existencial motiva a adoção da Análise de Discurso Crítica (ADC) não apenas como método, mas como instrumento de conscientização sobre os efeitos das práticas locais. Ao investigarmos a barbárie ocorrida “em casa”, buscamos desvelar como as estruturas de poder e as marcas históricas de exclusão moldam o cotidiano da nossa própria comunidade.

Somado a esse critério, destacamos sua localização geográfica e demográfica: o caso ocorreu em São Luís (MA), cidade inserida em um estado onde aproximadamente 79% da população é negra (IMESC, 2024). A escolha desse recorte territorial evidencia uma contradição latente: em uma capital de profunda ancestralidade e maioria negra, a herança colonial ainda dita as lógicas de poder, permitindo que discursos de desumanização e práticas de exclusão sejam reproduzidos no cotidiano.

Antes de adentrarmos na análise do caso, é fundamental que problematizemos o enunciado “Bandido bom é bandido morto”, que faz parte do título do capítulo do documentário e é amplamente naturalizado no imaginário social. Trata-se de uma formulação que, ao apagar o sujeito enunciativo, apresenta-se como verdade universal, uma evidência do mundo (pressuposição e naturalização), legitimando discursivamente a violência e diluindo a responsabilidade por sua enunciação.

No plano lexical, “bandido” opera como uma categoria totalizante e desumanizadora, que ultrapassa o campo jurídico e passa a designar um sujeito socialmente marcado (raça, classe, território etc.). Já o adjetivo “bom” instaura uma inversão semântica, pois não qualifica uma conduta, mas a própria eliminação do sujeito, implicando que o “bandido vivo” é, por oposição, necessariamente “mau”. Por fim, “morto”

surge não como consequência trágica, mas como solução desejável que apaga qualquer mediação institucional.

Assim, esse enunciado não expressa uma opinião, mas (re)produz discursivamente a figura de um sujeito cuja vida é considerada descartável e sua eliminação integra um processo de limpeza.

É importante considerarmos, contudo, que esse enunciado circula em um processo de entextualização, entendido como o deslocamento de fragmentos discursivos de seus [supostos] contextos de origem e sua reinscrição em novos contextos, nos quais seus sentidos são reconfigurados ao longo da circulação social (Guimarães; Moita Lopes, 2016). Nesse movimento, chama atenção o fato de que, no título do capítulo, a formulação “Bandido bom é bandido morto” aparece sob a forma interrogativa, com a marcação de interrogação após as aspas que buscam marcar um discurso direto (“Bandido bom é bandido morto”?).

Essa presença da interrogação pode ser compreendida como abertura para um gesto de problematização do próprio enunciado, tensionando sua pretensa evidência e instaurando um questionamento crítico de sua veracidade. Assim, avancemos para o caso específico a ser analisado, a fim de investigarmos a procedência dessa nossa leitura.

A materialidade da violência recaiu sobre Cleidenilson Silva Pereira, de 29 anos, cujo corpo foi submetido a um ritual de suplício público. Cleidenilson, acusado de tentativa de roubo, teve suas roupas rasgadas e as mãos, pernas e tronco amarrados a um poste de luz. Agredido severamente com socos, chutes, pedradas e garrafadas, a vítima não resistiu aos ferimentos e faleceu no local em decorrência de uma hemorragia.

Diante disso, a narrativa busca dar voz a quem sobrevive à barbárie: sua mãe, Maria José Pires³, cujo relato materno materializa a reflexão sobre a necessidade de se pensar naqueles que ficam. Já adiantamos que tal decisão constitui uma Identificação Relacional (Quadro 1).

Para realizarmos nossos apontamentos iniciais acerca das transcrições do capítulo “*Bandido bom é bandido morto*”?, selecionamos o fragmento a seguir:

³ Por questões de direitos autorais, as imagens dos atores sociais não puderam ser inseridas diretamente neste trabalho. Contudo, para melhor contextualização do leitor, elas podem ser consultadas em: https://drive.google.com/drive/folders/1dEZZqxECpdnClvkKE_WD4JSQm-5afFWM.

MARIA JOSÉ PIRES: Se eu pudesse ter ajudado meu filho naquela hora, e tivesse perto dele, talvez eu tivesse conseguido deixar ele doente numa cama, ou preso, onde ele tivesse, mas ele não tinha sofrido tanta dor quanto ele sofreu. Pra uma pessoa ver o filho no meio da casa todo quebrado como eu vi ele, todo rebentado, a cabeça com oito ponto, e sabendo da maneira como ele morreu... Pra gente suportar e aguentar é ter muita fé em Deus, pra gente aguentar tudo o que eu aguentei e vi em cima dele, os braços dos meu filho tudo quebrado, as costela, e eu não pude ajudar ele, não pude tá perto dele, não pude defender ele (16min41seg - 17min36seg).

Esse primeiro enunciado de Maria José Pires, que enuncia aos prantos, desloca o eixo da análise da cena de violência para o campo do luto e da memória traumática, o que instaura uma perspectiva que reinscreve a vítima no domínio das relações afetivas. Seu discurso organiza-se a partir de uma modalização contrafactual no pretérito imperfeito do subjuntivo (“se eu pudesse... talvez...”), por meio da qual a narradora tenta reconfigurar simbolicamente o evento traumático, elaborando uma cena alternativa em que sua agência materna poderia ter interrompido ou ao menos atenuado o sofrimento do filho.

Esse movimento discursivo não apenas evidencia a dor da perda, mas expõe a internalização de uma culpa impossível. A repetição da negação (“não pude”) marca o que a ADC denomina como significado acional do discurso: uma expressão da condição de impotência do sujeito diante do trauma. Nesse contexto, a invocação da fé em Deus transcende o mero consolo individual; ela opera como uma estratégia de sustentação subjetiva e resistência política diante do irrepresentável.

Ademais, esse recurso tensiona diretamente o imaginário do “cidadão de bem”, que frequentemente instrumentaliza valores cristãos para legitimar práticas excludentes e punitivas. Quando aciona esse repertório a partir da vulnerabilidade, Maria José Pires subverte o que Cunha (2021) denomina como Retórica da Perda⁴. Esse ator social desloca o uso político da religião — que, na contemporaneidade brasileira, é majoritariamente

⁴ Segundo Cunha (2021), a Retórica da Perda constitui uma política que mobiliza o sentimento de insegurança moral e a nostalgia de uma ordem social pretérita (“retrotopia”) para converter os medos em capital. Esta articulação, que permanece ativa pós-2018 por meio da estratégia Aliados dos Evangélicos, não se restringe à elite política, mas perpassa o cidadão comum ao oferecer uma interpretação da realidade baseada em pânico morais e na identificação de perigos que ameaçariam a família e a tradição. Ao deslocar a gestão do medo para o cotidiano, essa narrativa autoriza o indivíduo a agir como defensor de uma moralidade supostamente perdida, o que se aplica diretamente ao fenômeno do linchamento; este passa a ser compreendido não como crime, mas como uma tecnologia de purificação e reação legítima do cidadão contra corpos e comportamentos que, aos seus olhos, personificam a desordem.

articulado para justificar o extermínio do Outro (preto, indígena, mulher, LGBTIAPN+ etc.) — para o campo da humanização da vítima. Assim, o discurso religioso deixa de ser ferramenta interdiscursiva de segregação para se tornar instrumento de denúncia da violência e reivindicação de dignidade.

No enunciado que se segue, surgem, na fala de Maria José Pires, os primeiros apontamentos da denúncia sobre o racismo intrínseco às práticas de linchamento:

MARIA JOSÉ PIRES: Amarraram ele, quebraram o braço do meu filho, furaram o peito dele [...] tavam dois, e só mataram um, mas é racismo, porque mataram o preto, que você sabe que o preto é difícil mesmo de ter valor mesmo nessa terra... Só pode ter sido, que o branquinho veio embora (19min08seg - 19min56seg).

A análise da escolha lexical de Maria José Pires revela, a nosso ver, uma clivagem profunda na percepção da humanidade dos sujeitos envolvidos, uma vez que, ao referir-se ironicamente ao sobrevivente como “branquinho”, o uso do sufixo diminutivo transcende uma mera descrição física; ele opera como uma estratégia de atenuação e salvaguarda. No uso social da Língua Portuguesa, o diminutivo frequentemente carrega matizes de afetividade, fragilidade ou inofensividade (Perini, 1996; Neves, 2000). No discurso da mãe, o “branquinho” é aquele que, por sua marcação racial, é lido pela multidão como passível de clemência, alguém cujo corpo evoca uma proteção instintiva que lhe permitiu “vir embora”.

Em contrapartida, a ausência do diminutivo para referir-se ao próprio filho (o “preto”) é sintomática; o substantivo surge seco, denotativo e exposto. Se o branquinho é suavizado pela gramática do afeto, o preto é endurecido pela gramática da criminalização. Para a lógica do linchamento, o corpo negro não admite a fragilidade do sufixo; ele é visto como uma ameaça puramente biológica e macroscópica que precisa ser contida, “quebrada” e “furada”.

Para aprofundarmos a análise da seletividade discursiva, cabe um exercício reflexivo: o que ocorreria se o sufixo diminutivo fosse aplicado a ambos os atores sociais? Caso Maria José utilizasse o termo “pretinho” em paralelo a “branquinho”, a simetria morfológica não resultaria em simetria semântica. Na perspectiva crítica do discurso, o valor semântico-pragmático de um termo (aqui, o sufixo) é moldado pela hegemonia das

práticas sociais e pelas lutas por significação que definem a ordem do discurso (Fairclough, 2001, 2003).

Enquanto no branco o “-inho” amacia a culpa, no negro ele frequentemente funciona como uma forma de condescendência desumanizadora. Chamar um homem negro de “pretinho” no momento de seu suplício não evocaria a mesma fragilidade concedida ao branco; pelo contrário, reforçaria a sua redução a um objeto menor, desprovido de dignidade e autonomia. Afinal, como aponta a literatura decolonial, o diminutivo aplicado ao corpo negro surge como um léxico cristalizado para domesticar simbolicamente aquilo que o racismo estrutural teme, retirando-lhe a estatura de homem e cidadão.

A clivagem lexical observada encontra eco no trabalho de Van Dijk (2008) sobre a reprodução do racismo no discurso, em que a escolha de adjetivos e sufixos atua como um mecanismo micro-estrutural de exclusão ou inclusão moral. Da mesma forma, a domesticação pelo diminutivo citada dialoga com o conceito de zona de não-ser de Fanon (2005, 2008); trata-se, então, de um mecanismo clássico de controle colonial para negar o preto de sua adultice, pois, como adverte o autor, “O branco, ao falar *petit-nègre* [linguagem infantilizada], exprime esta ideia: ‘Você aí, fique no seu lugar!’” (Fanon, 2008, p. 45).

Portanto, a ausência do diminutivo para o filho (o preto) e a sua presença para o acompanhante (o branquinho) revela que o funcionamento do discurso de Maria José Pires evidencia, ainda que intuitivamente, a interdição da suavidade para o corpo negro que o sufixo “-inho” não permitiria por uma ordem do discurso branca historicamente construída⁵.

Ademais, a afirmação de que “o preto é difícil mesmo de ter valor mesmo nessa terra” funciona como um enunciado de constatação ontológica. O não dito que sustenta essa fala é a herança colonial que ainda rege as relações de poder em São Luís (e em todo o Brasil): a cor da pele atua como um marcador de periculosidade e desvalorização vital.

A percepção da mãe de Cleidenilson converge com o estudo de Formiga (2010) em *A cor vigiada*. Essa autora, ao investigar os discursos sobre segurança e prevenção de

⁵ A Análise de Discurso Crítica (ADC) postula que a subversão das lógicas discursivas dominantes não ocorre de forma disruptiva imediata. Embora o discurso seja moldado e restrito pelas estruturas sociais preexistentes, a agência dos atores sociais permite que estes ofereçam resistência à dominação, explorando as contradições internas das ordens de discurso. Tal dinâmica configura uma relação dialética: se, por um lado, o discurso é socialmente constituído, por outro, ele é socialmente constituinte, possuindo o potencial de transformar a própria estrutura que o originou. Essa mudança, contudo, não é linear nem garantida, dependendo de uma multiplicidade de fatores históricos, contextuais e da capacidade de mobilização de novos sentidos que desafiem as hegemonias estabelecidas.

crimes, identificou uma tendência social, um "saber popular" discriminatório que projeta automaticamente a suspeição sobre corpos negros e masculinos. O caso específico analisado por Formiga (2010), em que um homem negro é acusado de furtar o próprio veículo, ilustra a construção da ideia de que o sujeito negro é desprovido de posses e, caso as tenha, sua propriedade é questionada. Essa mentalidade remonta à herança colonial brasileira: uma abolição que não garantiu o acesso à terra ou ao trabalho digno (Fanon, 2005), institucionalizando uma exclusão que ainda hoje dita quem pode ser visto como dono e quem é visto como ameaça matável.

Por fim, quando Maria José Pires conclui que "Só pode ter sido [racismo]", Maria José Pires desvela a face em que a sentença de morte é proferida e executada nas ruas baseada na ausência de valor atribuída historicamente ao sujeito negro.

Dando continuidade à denúncia de Maria José Pires, o documentário incorpora a perspectiva de Joisiane Gamba, advogada da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. A presença deste novo ator social é estratégica para fundamentar, sob o viés da autoridade técnica, a discussão sobre como a lógica colonial e o racismo estrutural regem as dinâmicas de violência em São Luís.

Em procedência à análise, apresentamos o fragmento a seguir, transcrito da fala de Joisiane Gamba:

JOISIANE GAMBA: Teve uma comoção social muito grande, as imagens foram assim, chocantes, né? Você tira a roupa da pessoa, amarra, e ainda tinha uma figura similar a um pelourinho, né? Um policial filmando o fato, um policial que filmou o fato [...] (20min01seg - 20min18seg).

A partir desse fragmento, vemos que a "figura similar a um pelourinho" atua como um potente revelador de que a hegemonia do poder racial não apenas sobrevive (memória discursiva), mas se reatualiza por meio de dispositivos de controle contemporâneos. Aqui, o poste da via pública sofre uma transubstanciação simbólica: ele deixa de ser um suporte da infraestrutura elétrica para retornar à sua função primitiva de tronco de castigo, demonstrando que, no Brasil, o tempo histórico da violência contra o corpo negro não é linear, mas circular e persistente.

Essa circularidade da violência é precisamente o que fundamenta a tese de Mbembe (2018) sobre a Necropolítica. Para o autor, o fenômeno da colonização é o laboratório onde

se evidencia a projeção do poder soberano sobre a vida. Ao analisar o processo de violência vivido pelo povo negro, Mbembe, apoiado na genealogia de Foucault, demonstra como essas desigualdades foram estruturantes na formação dos Estados nacionais. O que Joisiane Gamba descreve como um “pelourinho moderno” é a manifestação da política de um Estado que, conforme aponta Mbembe (2018, p. 33), “se comprometeria a civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar”.

Na perspectiva de Van Leeuwen (1997), a construção do fragmento de Joisiane Gamba revela um processo de passivação do ator social negro. Enquanto os agentes da violência (o “você” genérico que despe e amarra, e o policial que filma) detêm a agência e o controle da cena, a vítima é representada exclusivamente como Sujeição: aquele sobre o qual o poder incide de forma absoluta. Nesse cenário, a passividade não é apenas a ausência de ação, mas uma construção discursivo-linguística de objetificação que, ao retirar o marcador cultural (a roupa), retorna Cleidenilson Silva Pereira ao corpo-selvagem, ao “indivíduo natural”.

Portanto, vemos que há, de fato, uma tentativa social e estatal de atribuição racional para que haja a morte — sob o argumento de que, se não matar, o bandido é solto ou novos criminosos surgirão, se não houver “exemplo”⁶ — e até mesmo moral; não podemos concordar, no entanto, que haja uma tentativa de civilização desse processo no caso aqui analisado.

A fala de Jurema Werneck, diretora da Anistia Internacional, complementa a crítica à prática do linchamento racista. Até este ponto da análise, pontuamos como observação relevante a centralidade de atores sociais negros na condução do debate, o que reafirma o lugar de fala e a autoridade intelectual na denúncia das violências que atravessam seus próprios corpos e territórios.

Segundo Jurema Werneck:

⁶ É imperativo pontuarmos, inicialmente, que o Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, o que desmente a narrativa de uma suposta ausência de punição; há, de fato, um encarceramento em massa e em escala industrial. Todavia, essa punição não recai sobre a sociedade de forma homogênea, ocorrendo de maneira profundamente desigual. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) revelam que o sistema atua sob uma seletividade cirúrgica: a esmagadora maioria dos presos é composta por pessoas negras (cerca de 70%) e com baixíssimo nível de escolaridade.

JUREMA WERNECK: A ideia, a frase 'Bandido bom é bandido morto' circula muito entre nós, há bastante gente que concorda com isso; aquilo que a gente chama de Direitos Humanos, né, é uma conquista de reconhecer que eu, você, todo mundo, vale alguma coisa, e não é pouco. Isso que é Direitos Humanos, não é isso que se diz na fala corrente, que é proteção de bandido; é dizer que aquele que a gente chama de bandido é um ser humano, e por ser humano vale (21min16seg - 21min45seg).

O enunciado de Jurema Werneck confronta diretamente a lógica punitivista do slogan "bandido bom é bandido morto", que buscamos destrinchar brevemente na introdução desta seção. Consideramos pertinente pontuar, sob a lente da dimensão social da ADC, a intertextualidade histórica presente na citação desse slogan dentro do contexto de produção do documentário (2018). Embora a frase não tenha sido criada no período, sua popularização e circulação institucional foram intensificadas pelo então candidato e posterior presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022)⁷.

Entendemos, portanto, que toda nossa análise não pode se desvincular desse cenário histórico. Ao afirmar que os Direitos Humanos não se reduzem à "fala corrente" de "proteção de bandido", Jurema Werneck aciona uma memória discursiva profundamente enraizada no cenário político de 2018 — neste ponto, observa-se que tanto ela quanto o documentário operam por meio do Encobrimento. O enunciado dela dialoga com o embate ideológico das eleições presidenciais daquele ano, em que o discurso punitivista foi utilizado para estigmatizar movimentos de esquerda e o candidato Fernando Haddad (PT), cuja defesa das garantias fundamentais era frequentemente lida e taticamente distorcida, pelos movimentos de direita evangélica, como uma apologia à criminalidade.

É possível identificarmos, ademais, uma conexão profunda entre este posicionamento e o depoimento anterior de Maria José Pires: enquanto a mãe denuncia que o "preto é difícil de ter valor", Jurema Werneck responde que esse valor "não é pouco". Assim, a fala de Werneck não apenas consola a dor de Maria José, mas a valida politicamente pela responsividade discursiva.

Dessa forma, Werneck responde às vozes dos atores sociais anteriormente analisados, e, ao citar a "fala corrente", traz para o interior do documentário todo o peso

⁷ De acordo com Roubicek (2023), a associação de Jair Bolsonaro ao slogan "bandido bom é bandido morto" precede seu mandato presidencial, sendo uma retórica recorrente desde sua atuação como deputado federal. O autor ressalta, por outro lado, que essa temática foi um dos pilares centrais de sua estratégia de campanha para a segurança pública nas eleições de 2018.

dessa conjuntura. Além disso, ponderamos que a própria escolha temática e a linha argumentativa da produção (Rede Globo/Globoplay) podem ser lidas como uma resposta política ao avanço do bolsonarismo em 2018. *A Primeira Pedra*, portanto, caminha para a confirmação de nossa hipótese de que não é um registro neutro; ele se posiciona como um contraponto discursivo ético (Nichols, 1997, p. 18) à política de morte e tortura que ganhava coro institucional.

O ator social Ronilso Pacheco, teólogo e escritor, realiza importantes apontamentos das práticas sociais do linchamento que cruzam o racismo estrutural, a religião e a percepção ontológica. Para esse ator social:

RONILSO PACHECO: [...] e [o linchamento] também sustentado numa narrativa cristã forte, né. É o vínculo do negro com a ideia da prática da feitiçaria, da magia negra africana, que de alguma maneira também coloca o negro nesse lugar. Ele não é só uma ameaça, ele não é só um violento: as suas práticas são estranhas, a sua sexualidade é estranha, o seu corpo é estranho, seus... seus hábitos alimentares são estranhos, sua fala é estranha, isso tudo vinculado nesse imaginário primitivo de um lugar que, em tese, Deus condenou (25min13seg - 26min47seg).

A partir desse enunciado, observamos que Ronilso Pacheco opera uma síntese teórica fundamental ao conectar a violência física do linchamento à macroestrutura do racismo religioso e colonial. Notamos que o ator social desloca o foco da ação isolada para a construção de um imaginário (Van Dijk, 2006), em que o corpo negro é submetido a um processo de estrangeirização total. No plano lexical, a repetição do adjetivo "estranho" (aplicado à sexualidade, ao corpo, à fala e aos hábitos) funciona como um marcador de exclusão ontológica: o negro não é apenas o "criminoso", mas o elemento intrinsecamente fora de lugar, o "primitivo" que desafia a norma civilizatória branca e cristã.

Quando Ronilso menciona o "vínculo do negro com a ideia da prática da feitiçaria", o ator social desvela como a religiosidade cristã hegemônica foi e continua sendo instrumentalizada para converter a diferença cultural em condenação divina. Identificamos aqui uma convergência com as análises anteriores deste capítulo: se Maria José Pires denunciou a ausência de valor do corpo negro e Joisiane Gamba apontou a reatualização do pelourinho, Pacheco explica o suporte ideológico que permite essa desumanização, pois, para a lógica do linchamento, o suplício no poste não é apenas uma punição jurídica

extralegal, mas um rito de expurgação de um corpo que, "em tese, Deus condenou" e exige sua purificação⁸.

A partir desse enunciado, nomeamos o discurso em ADC como uma ordem do discurso teológica de exclusão. Concluímos que o linchamento, sob esta ótica, é um interdiscurso tri-híbrido: ele é político (na gestão da morte bolsonarista de 2018), é colonial (na reiteração do tronco) e é religioso (na demonização da existência negra). Ronilso Pacheco, portanto, fecha o ciclo desta segunda etapa da análise dos discursos verbais transcritos de *A Primeira Pedra* ao evidenciar que o poste de São Luís é, simultaneamente, um dispositivo de segurança pública falido e um altar de sacrifício de um projeto de nação que ainda não superou sua herança escravocrata.

Considerações (quase) finais

A análise aqui empreendida permite afirmar que o linchamento em São Luís não é um evento isolado de anomia social, mas uma prática discursiva e social profundamente ancorada em heranças coloniais que reatualizam a lógica do suplício. Por meio da lente da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2001, 2003) observamos que o enunciado "Bandido bom é bandido morto" opera como uma estratégia de naturalização e legitimação da barbárie, transformando o poste de iluminação pública em um pelourinho contemporâneo.

A seletividade penal e racial, evidenciada no contraste entre o tratamento dispensado ao "preto" e ao "branquinho", demonstra que o corpo negro em solo maranhense ainda habita a zona de não-ser fanoniana, em que a presunção de culpa precede qualquer rito institucional e a vida é reduzida à sua dimensão puramente biológica e descartável.

Os testemunhos e análises presentes em *A Primeira Pedra* revelam como a violência coletiva é sustentada por um tripé interdiscursivo que une o punitivismo político, o racismo

⁸ Essa convergência epistemológica repousa na noção de violência simbólica (Bourdieu, 1998, 2012a, 2012b), que se transmuta em outras formas de opressão. Torna-se imperativo, portanto, tensionarmos a correlação entre o discurso religioso e a demonização do corpo negro, questionando quem detém a hegemonia sobre esse dizer e quais são seus mecanismos de operação. Tais engrenagens manifestam-se tanto no capital institucionalizado da escola quanto no que se poderia chamar de ensino osmótico: um aprendizado difuso que circula nos núcleos familiares, igrejas e grupos sociais, resistindo inclusive aos marcos legais vigentes.

religioso e o controle territorial. A fala materna de Maria José Pires, ao tensionar o campo dos afetos e da fé, subverte a retórica do cidadão de bem e resgata a humanidade da vítima, enquanto os atores institucionais, operados por Funcionalização discursiva, desvelam a necropolítica subjacente ao Estado brasileiro.

Concluimos, assim, que o linchamento atua como um mecanismo de limpeza social e manutenção de hierarquias históricas, utilizando o medo e a exposição pública do corpo torturado como ferramentas de controle de uma população que, apesar de ser maioria demográfica no Maranhão, permanece submetida a discursos de estigmatização e morte.

Por fim, este estudo destaca a urgência de se combater a naturalização de discursos de ódio que ganharam capilaridade institucional nos últimos anos. A pesquisa demonstra que a luta contra o linchamento exige, necessariamente, o enfrentamento do racismo estrutural e a desconstrução de imaginários coloniais que vinculam a negritude à criminalidade intrínseca.

Nesse sentido, ao mobilizarmos a perspectiva de Chouliaraki e Fairclough (1999), compreendemos que a análise crítica não deve apenas descrever a hegemonia, mas focar na ultrapassagem do problema (*overcoming the problem*). No caso do linchamento e do racismo, essa ultrapassagem exige o reconhecimento de que tais práticas de violência e exclusão perpassam — e são frequentemente validadas por — processos de aprendizado, sejam eles institucionais ou informais.

Torna-se imperativo, portanto, evocar a importância do Letramento Crítico e da Desaprendizagem, conforme proposto por Rajagopalan (2003) e Fabrício (2006). Entendemos que a educação e o domínio da linguagem não são neutros; o letramento deve atuar como uma ferramenta de conscientização política capaz de questionar as estruturas de dominação. Ao documentar e analisar as vozes de resistência e a dor dos sobreviventes, esperamos que este trabalho contribua para o fortalecimento dos Direitos Humanos e para a reafirmação de que nenhuma vida é desprovida de valor. A ciência do discurso, aliada a uma pedagogia crítica, revela-se como um instrumento político essencial para denunciar as estruturas de poder que, sob o pretexto de justiça, continuam a erguer postes de sacrifício em nossas esquinas.

Como desdobramentos futuros desta investigação das transcrições verbais, procederemos à análise do terceiro e último capítulo da obra, intitulado *O ritual*. Nesta etapa

final, o foco recairá sobre a intersecção entre as manifestações religiosas, a representação do corpo feminino (a mulher-bruxa) e questões de classe no contexto das práticas de linchamento. Além disso, esperamos analisar as imagens integradas ao documentário à luz da Gramática do Design Visual (GDV).

Referências

A PRIMEIRA PEDRA. Direção: Vladimir Seixas. Rio de Janeiro: Globoplay, 2018. 1 vídeo (56 min.).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Escritos de Educação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. 3a ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012b.

CARPANEZ, Juliana. O que está por trás do termo 'cidadão de bem', usado pelos presidentes. **UOL**, São Paulo, 8 set. 2018. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/08/o-que-esta-por-tras-do-termo-cidadao-de-bem-usado-pelos-presidenciais.htm>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CUNHA, Christina Vital da. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Plural**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 123-149, jan. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/181284>. Acesso em: 18 mar. 2026.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-65.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

FREITAS, Rute Dâmaras da Silva. **Representações acerca dos jovens nerds nos discursos do programa nerdcast**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

FORMIGA, Glêides Simone de Figueiredo. **A cor vigiada**: uma crítica ao discurso racializado de prevenção ao crime. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

GUIMARÃES, Thayse Figueira; MOITA-LOPES, Luiz Paulo. Entextualizações criativas de discursos sobre raça em práticas discursivas multissituadas na periferia brasileira. **Raído**, v. 14, n. 36, p. 400–421, 2016. DOI: 10.30612/raido.v14i36.13242. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raído/article/view/13242>. Acesso em: 1 abr. 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Boletim Social do Maranhão**: o perfil da população negra. São Luís: IMESC, 2024. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: EDUSC, 2001.

LIMA, Wellistony Câmara. **Relações de poder em A diplomata, de G. G. Diniz**: o contradiscurso decolonial sertãopunk. 2025. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

MAIA, Denise Giarola. **Diferença e identidade**: análise discursiva crítica e semiótica social da campanha Ser Diferente é Normal e da série Qual é a Diferença? Sobre a síndrome de Down. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MACHADO, Arlindo. Novos territórios do documentário. **Doc On-Line: Revista Digital de Cinema Documentário**, n. 11, p. 5-24, 2011. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002444475.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MARTINS, Ana Maria Sá. **Representações do feminino**: uma análise discursiva dos perfis jornalísticos de O Estado do Maranhão. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução de Mônica Saddy Martins. 6. ed. Campinas: Papirus, 2016.

NICHOLS, Bill. **La representación de la realidad**: cuestiones y conceptos sobre el documental. Buenos Aires: Paidós, 1997.

NOVODVORSKI, Ariel. **A exclusão de atores sociais na representação do ensino de espanhol no Brasil em corpus jornalístico**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1996.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ROCHA, Givanildo Lucas Santos da; MARTINS, Ana Maria Sá. Lulista contra bolsonarista no podcast “Cartas na Mesa”: uma análise crítica do discurso. **Redis: Revista de Estudos do Discurso**, Porto, n. 16, p. 211-242, 2025. DOI: 10.21747/21833958/red16a8. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/15053>. Acesso em: 24 out. 2025.

ROUBICEK, Marcelo. Como ‘CPF cancelado’ virou o novo ‘bandido bom é bandido morto’. **Nexo Jornal**, 28 dez. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/26/como-cpf-cancelado-virou-o-novo-bandido-bom-e-bandido-morto>. Acesso em: 2 abr. 2026.

SILVA, Maria Felícia Romeiro Mota. Análise do Discurso Crítica: aspectos introdutórios. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 45, p. 1-17, e-22033, 2023. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>. Acesso em: 7 abr. 2026.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discourse, context and cognition. **Discourse Studies**, London, v. 8, n. 1, p. 159-177, 2006.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

WODAK, Ruth. De que trata a ADC - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, p. 223-243, 2004.

Sobre os autores

Givanildo Lucas Santos da Rocha

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1937-2741>

Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), membro do Grupo de Estudos em Multiletramentos no Ensino de Língua e Literatura Portuguesa (MELP/UEMA/CNPq) e do Núcleo de Pesquisas em Estudos Críticos e Linguagem (NeCriL/UFPI/CNPq), na linha de pesquisa Interculturalidade, Identidade e Práticas Discursivas. É professor efetivo do Ensino Fundamental Anos Finais (EFAI).

Ana Maria Sá Martins

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6397-4190>

Professora efetiva da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), vinculada ao Departamento de Letras. Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua na área de Linguística e desenvolve atividades de ensino e pesquisa no âmbito da Análise de Discurso e dos (Multi) Letramentos Críticos.